



Planejamento e política ambiental: diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas para preservação e conservação do meio ambiente da cidade de Vitória da Conquista - BA, Brasil

Patrícia Santos Cardoso Gondim

Prof. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutoranda em Planificação Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona (UB). Direção postal: Rua Professora Maria Sofia da Silva, nº 75, Ap. 202, Jardim Candeias, Vitória da Conquista - BA, CEP: 45.011.080 E-mail : paty.gondim@hotmail.com.

Javier Martín-Vide

Profesor de Geografía Física de la Universidad de Barcelona (UB). Dirección de correo electrónico: jmartinvide@ub.edu

Resumo - A partir deste artigo os pesquisadores analisaram as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas propostas pelos processos de planejamento, adotadas pela Administração Local de Vitória da Conquista - BA, Brasil, através da Secretária Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente da cidade. Para a realização do trabalho adotou-se o método indutivo e foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo a partir das abordagens qualitativa e quantitativa, além de visitas as áreas legalmente protegidas. Os dados foram coletados através de questionários e entrevistas estruturadas e representados através de tabelas, gráficos e mapas mentais. A partir dos resultados obtidos com a pesquisa conclui-se que as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas não são eficazes para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente da cidade, tendo em vista que os recursos materiais, humanos e financeiros são insuficientes para atender a demanda local; dentre outros fatores.

Palavras-chave: Agenda 21 Local; Desenvolvimento; Meio Ambiente; Planificação; Problemas Ambientais.

Planning and environmental policy: guidelines, strategies, actions and public policies to preservation and conservation of the environment of the city of Vitoria da Conquista - Bahia, Brazil

Abstract - From this article the researcher) to guarantee the preservation and conservation of the environment of the city. To carry out the work we adopted the inductive method and was realized bibliographic researches, documental and of field from approaches qualitative and quantitative, besides visits to legally protected areas. The data were collected through questionnaires and structured interviews and represented through tables, graphs and mind maps. From the results obtained the research concluded that the guidelines, strategies, actions and public policy are not effective to guarantee the preservation and the conservation of environment of the city, considering that the material, human and financial resources are not enough to attend the local demand; Among others factors.

Key Words: Agenda 21 Local; Development; Environment; Planning; Environmental Problems.

Planificación y política ambiental: directrices, estrategias, acciones y políticas para la preservación y conservación del medio ambiente de la ciudad de Vitoria da Conquista - Bahía, Brasil

Resumen - Este artículo tuvo como objetivo analizar las políticas, estrategias, acciones y políticas propuestas por los procesos de planificación adoptadas por el Gobierno Local del Ayuntamiento de Vitoria da Conquista - BA, Brasil, a través de la Secretaria Municipal de Medio Ambiente (SEMMA), para garantizar la preservación y conservación del medio ambiente de la ciudad. Para llevar a cabo el trabajo se adoptó el método inductivo y se llevaron a cabo trabajos de investigación, documental y de campo con enfoques cualitativo y cuantitativo, además de visitas a las áreas legalmente protegidas. Los datos fueron recolectados a través de cuestionarios y entrevistas estructuradas y representados mediante cuadros e informes analíticos de las entrevistas. De los resultados obtenidos de la investigación se concluye que las directrices, estrategias, acciones y políticas públicas no son efectivas para asegurar la preservación y conservación del medio ambiente, dado que los recursos materiales, humanos y financieros son insuficientes para atender a la demanda local; entre otros factores.

Palabras clave: Agenda Local 21. Desarrollo. Medio Ambiente. Planificación. Problemas Ambientales.

INTRODUCAO

RBGA (Pombal – PB – Brasil) v.6, n.1, p. 50 - 66 janeiro/dezembro de 2012

<http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

De acordo com o relatório sobre a situação da população mundial 2007, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2008 mais da metade da população mundial, 3,3 bilhões de pessoas, já estavam vivendo em cidades, em 2030 a projeção é que a população urbana chegue a 5 bilhões. Em comparação, a previsão é que a população rural do mundo diminuirá em 28 milhões entre 2005 e 2030.

Ainda segundo o relatório a maior parte do crescimento ocorrerá em países em desenvolvimento. A previsão é que a população urbana da Ásia e da África duplique entre 2000 e 2030. Assim, o crescimento urbano acumulado dessas duas regiões ao longo de toda a sua história será duplicado em apenas uma geração. Até 2030, as cidades do mundo em desenvolvimento responderão por 80% da população urbana. Nas regiões da América Latina e do Caribe a população urbana também aumentará, embora mais lentamente. Enquanto, a população urbana do mundo desenvolvido aumentará relativamente pouco: de 870 milhões para 1,01 bilhão.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil a população residente em área urbana em 2009 correspondia a 86% da população total, que era de 193,7 milhões de habitantes, apresentando uma taxa média anual de crescimento de 0,98%. Em 2050, segundo a UNFPA, a projeção é que a população brasileira chegue a 253,1 milhões. Apresentando uma taxa média de crescimento demográfico entre 2005 e 2010 de 1,3% e uma taxa de crescimento urbano, para o mesmo período, de 1,8%.

Grande parte da população urbana brasileira concentra-se na Região Sudeste do país, em especial em grandes áreas metropolitanas como São Paulo e Rio de Janeiro. Na Região Nordeste, conforme censo de 2000 do IBGE, a população urbana representava 69% da população total.

Na Bahia a população recenseada e estimada na contagem da população em 2007 do IBGE era de 14 080 654 habitantes e a população do município de Vitória da Conquista no mesmo período era de 304 204 habitantes, em 2009 essa população foi estimada em 318 901 habitantes. No município, conforme censo demográfico de 2000 do IBGE, 86% da população já residia na área urbana.

Em decorrência da concentração urbana, dos modelos de desenvolvimento e dos padrões de produção e consumo se intensificam os problemas ambientais nas cidades.

A cidade de Vitória da Conquista – BA, Brasil, localizada na Região Sudoeste do Estado da Bahia, se enquadra em uma situação problemática complexa relacionada ao meio ambiente, considerando-se que as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas propostas pelos processos de planejamento – planejamento urbano, planificação estratégica e planejamento ambiental – adotadas pela Administração Local não são eficazes para garantir a preservação e a conservação do seu meio ambiente. A cidade enfrenta problemas ambientais decorrentes dos

seus modelos de desenvolvimento físico, econômico e social; dentre eles podem-se destacar ocorrências impactantes relacionadas à poluição, ao desmatamento, à degradação das Unidades de Conservação, ao tratamento de resíduos, ao saneamento básico, à limpeza urbana, à contaminação dos recursos hídricos e do solo; às queimadas, ao tratamento da água, à conservação de praças e jardins, à alterações prejudiciais da paisagem, à pavimentação, ao desenvolvimento e a expansão urbana, à arborização, a drenagem urbana e ao nível de educação ambiental da população.

Com a realização da pesquisa os pesquisadores objetivaram analisar as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas propostas pelos processos de planejamento – planejamento urbano, planificação estratégica e planejamento ambiental – adotadas pela Administração Local de Vitória da Conquista, através da Secretária do Meio Ambiente (SEMMA) para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente da cidade; bem como identificá-las; objetivou ainda identificar os principais problemas ambientais que impactam a referida cidade; correlacionar os principais problemas ambientais que impactam com as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas; discutir a eficácia das diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas e propor ações de melhoria ambiental para garantir a preservação e a conservação do seu meio ambiente.

A presente investigação permitiu avançar o conhecimento acerca da relação entre planejamento e meio ambiente na cidade de Vitória da Conquista e dos problemas ambientais que impactam a referida cidade. Permitiu ainda, ampliar a discussão sobre a eficácia das diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas propostas pelos processos de planejamento para garantir a preservação e a conservação do seu meio ambiente urbano.

Cabe ressaltar que esse artigo é fruto de um trabalho de investigação apresentado ao Módulo de Orientação a Investigação do Mestrado em Planificação Territorial e Gestão Ambiental da Universidade de Barcelona (UB) em Convênio com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PLANIFICAÇÃO

A dicotomia meio ambiente e desenvolvimento levou as Nações Unidas a procurar uma nova abordagem que considerasse os dois problemas. Em 1982 o Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) havia proposto a criação de uma comissão para estudar os problemas ambientais e possíveis soluções, que terminou por transformar-se, em 1983, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida

como “Comissão Brundland”. Os trabalhos seriam concluídos em 1987. O relatório, denominado, “Nosso Futuro Comum” apresentou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, com base para suas proposições relativas à proteção ambiental e ao desenvolvimento das nações (ALMEIDA *et al*, 1999).

O Informe Brundland, Nosso Futuro Comum, determina a necessidade de conseguir um desenvolvimento sustentável, entendendo este por: fazer compatíveis o crescimento econômico com a coesão social e a proteção do meio ambiente, com a finalidade de não comprometer a sobrevivência dos ecossistemas e das gerações futuras e permitir o acesso global a uma qualidade de vida digna (GARRIDO, 2005). O informe definiu o desenvolvimento sustentável como: “... o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” [1].

De acordo com o Informe a busca do desenvolvimento sustentável requer:

um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes; um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado; um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento e um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se (BRUNDTLAND apud VIOLA & LEIS, 1995, p. 78).

O relatório Brundland não apresentou um planejamento detalhado das ações que levariam ao desenvolvimento sustentável, porém apontou os caminhos para tal, propondo a adoção de estratégias que permitissem às nações substituir os atuais modelos de crescimento: retomada do crescimento, mudança na qualidade desse crescimento, atendimento às necessidades humanas básicas, manutenção de um nível populacional sustentável, conservação e melhoria da base de recursos, reorientação tecnológica e a inclusão da variável ambiental na economia e nos processos decisórios (ALMEIDA *et al*, 1999).

Em 1992 foi estruturada uma nova conferência mundial, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), que, seguindo o rumo apontado pelo Relatório Brundland, desse forma aos mecanismos de implementação do desenvolvimento sustentável.

Quando de sua realização foi possível aprovar duas convenções internacionais, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, duas declarações de princípios, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração sobre Florestas, e uma declaração de intenções, na forma de um documento que estabelece as ações a serem seguidas no século XXI, rumo ao desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 (ALMEIDA *et al*, 1999).

Instrumento de planificação indicativa, a Agenda 21, “é um programa para o planejamento estatal em cascata atingindo todos os níveis em relação ao desenvolvimento e preservação ambiental com o objetivo de melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade da civilização como um todo” [2]. A sua maior importância reside no fato de ser um grande plano de ação a ser implementado pela sociedade global, com vistas à proteção do meio ambiente e à utilização sustentável de seus recursos no século XXI.

Quando transcorreram dez anos da CNUMAD, segundo Feldmann (2002), a maioria dos indicadores apresentados por relatórios governamentais, não-governamentais e de instituições multilaterais confirmavam que houve poucas melhorias no quadro ecológico do planeta desde então.

Em 2002, aconteceu a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +10, em Joanesburgo, África do Sul. A sua convocação foi decidida em 2000, pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com o fim de promover uma ampla avaliação dos progressos alcançados na implementação dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, em 1992.

Após as Conferências de Estocolmo (Suécia) em 1972, Rio de Janeiro (Brasil) em 1992 e Joanesburgo (África do Sul) em 2002, foi aprovada em 24 de dezembro de 2009, pela Assembléia Geral das Nações Unidas de Copenhague, na Dinamarca, resolução que decidiu realizar em 2012 no Rio de Janeiro a quarta Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, “Rio +20”.

Apesar de todos os esforços empreendidos para implementar o desenvolvimento sustentável, sejam através de conferências, acordos e convenções internacionais, o meio ambiente segue localizado na periferia do desenvolvimento econômico. A pobreza e o consumo excessivo continuam exercendo uma enorme pressão sobre o meio ambiente. Seu resultado desafortunado é que o desenvolvimento sustentável segue sendo em grande parte teórico para a maioria da população mundial. O nível de consciência e ação não guarda relação com o estado do meio ambiente atual que continua a deteriorar-se (PNUMA, 2002).

Logo, considerando-se a nova ordem econômica globalizadora, os comportamentos sociais baseados no consumo e a contínua degradação dos recursos naturais é de suma importância desenvolver instrumentos de planificação que sejam capazes de reconhecer a complexidade urbana, respeitar a

diversidade dos agentes urbanos, usar a prospectiva para gerenciar a incerteza, integrar os conceitos de competitividade, equidade e sustentabilidade e implantar um eficaz modelo de governabilidade, como também definir o modelo futuro de desenvolvimento, formular estratégias e cursos de ação para alcançar o referido modelo, estabelecer um sistema contínuo de tomada de decisões e envolver os agentes locais ao longo de todo o processo. Eles ainda precisam ser capazes de harmonizar metas sociais, ambientais e econômicas por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, a fim de buscar um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política).

PLANEJAMENTO AMBIENTAL

No Brasil começou a se discutir planejamento ambiental a partir da década de 80. No país, para o seu desenvolvimento e a sua implementação foram elaborados diversos instrumentos, dentre eles, a Legislação Ambiental, a Política Nacional do Meio Ambiente, os planos, programas e projetos, o Zoneamento Ambiental, os Sistemas de Gestão Ambiental, a Educação Ambiental, dentre outros.

O planejamento ambiental pressupõe três princípios de ação humana sobre os ecossistemas: princípios da preservação, da recuperação e da conservação do meio ambiente. O princípio da preservação, também chamado de princípio da não ação, defende que os ecossistemas deverão permanecer intocados pela ação humana e representam as áreas de reserva e bancos genéticos de interesse para vidas futuras, aplicando-se a territórios que mantêm seus ciclos ecológicos em funcionamento sem grandes quebras nas cadeias alimentares como é o caso de vastas regiões da Amazônia, do Pantanal ou da Mata Atlântica e resquícios desses ecossistemas pulverizados pelo território brasileiro, dispostos em manchas ou “ilhas”. A recuperação ambiental aplica-se a áreas alteradas pela ação humana e consiste na aplicação de técnicas de manejo visando tornar um ambiente degradado apto para um novo uso produtivo, desde que sustentável, adotando-se, nesse caso e a partir de certo momento o princípio da preservação. Já a conservação pressupõe o usufruto dos recursos naturais pelo homem na linha de mínimo risco, isto é sem degradação do meio, e do mínimo gasto de energia (FRANCO, 2008).

De acordo com Almeida *et al* (1999), incorporar o meio ambiente ao planejamento consiste na análise sistemática, no decorrer de todo o processo de planejamento, das oportunidades e potencialidades, bem como dos riscos e perigos inerentes à utilização dos recursos ambientais pela sociedade, para o seu desenvolvimento.

Hidalgo *apud* Teixeira (1998) considera o planejamento ambiental como um processo político,

social, econômico e tecnológico, de caráter educativo e participativo, onde líderes políticos, institucionais e comunitários, em conjunto com o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, devem escolher as melhores alternativas para a conservação da natureza, gerando o seu desenvolvimento equilibrado e compatível com o conceito de meio ambiente.

Almeida *et al* (1999) ressalta que para que a questão ambiental seja considerada ao nível da formulação das políticas gerais e setoriais de desenvolvimento o planejamento ambiental deve ser integrante do conjunto de planejamentos (econômico e social), sendo assim, qualquer plano, programa ou projeto relacionado com o desenvolvimento econômico-social deve se materializar a partir da concepção de meio ambiente, responsabilizando-se os setores público e privado pela execução do uso ecológico dos recursos naturais. Além disso, a adoção do modelo de desenvolvimento, que contemple a questão ambiental passa, obrigatoriamente, pela democratização das decisões, de forma a permitir a participação da sociedade garantindo o acesso à discussão dos problemas e direito de vigilância no cumprimento das ações.

Segundo Ross (2006), o processo de planejamento e gestão ambiental aplicável para o País, Estados, municípios, bacias hidrográficas, assentamentos rurais, grandes fazendas, cidades, distritos industriais ou rede viária, deve apoiar-se no binômio: base teórico – metodológica e nas tecnologias de informação. A base teórico – metodológica está calcada nos princípios da análise sistêmica e no tratamento das informações referentes à natureza e à sociedade no contexto da integração de dados, combinados e inter-relacionados, de forma que possibilite alcançar a concepção socioambiental de um determinado lugar, propiciando uma perspectiva holística da interação sociedade-natureza. Já através da democratização do uso das tecnologias de informação associada à qualidade das informações, rapidez na geração de dados e ampliação das pesquisas aplicadas à agricultura, à dinâmica climática, às análises ambientais, é possível prestar um melhor serviço à sociedade.

MATERIAIS E METODOS

ÁREA DE ESTUDO

Em conformidade com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Vitória da Conquista possui uma superfície de 3.204,26 km² e está localizado na Região Sudoeste da Bahia. Está distante da capital do Estado, Salvador, cerca de 509 km pela rodovia BR-116. Situa-se a uma altitude de 923 m e está localizada à 14°50'19" Lat. S e 44°50'19" Long. W Gr. A população residente no município, estimada pelo Instituto, em 2009, foi de 318.901 habitantes. Para o mesmo período, conforme estimativas do IBGE, 86% da população residia em

área urbana e a densidade populacional era de 90, 4 hab./km².

Em relação ao relevo, podem-se destacar as seguintes áreas em Vitória da Conquista: o Planalto de Vitória da Conquista e o Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista. No Planalto de Vitória da Conquista, a altitude varia de 500 a 1000 metros, com destaque para a Serra do Periperi, situada ao norte da cidade, onde se observa um intenso processo erosivo. A área do Planalto chama a atenção dos estudiosos por apresentar desde solos profundos e vegetação florestal (Floresta Estacional Decidual – Mata de Cipó), até solos mais rasos e vegetação xerófila, caracterizando transições entre ecossistemas de Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Já no Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista a altitude é de 200 a 800 metros com marcante presença de colinas e morros. Observa-se intensa degradação do solo pela cultura da pecuária e um alto nível de desmatamento. São comuns os deslizamentos e os afloramentos

rochosos nas bases das encostas e nos topos das serras, a exemplo da Serra do Marçal. Nesta área estão presentes pequenos cursos d'água, em sua maioria intermitentes. Os vales e colinas, comuns nesta paisagem, ajudam na regulação das chuvas, proporcionando um clima mais úmido, um solo favorável aos cultivos agrícolas e uma vegetação florestal mais característica de Mata Atlântica.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 1997), Vitória da Conquista apresenta climas semi árido, sub-úmido a seco e úmido. Conforme a classificação de Thornthwaite e Mather, pode-se classificá-lo como C 1 d B' e de acordo com Köppen, como Cwb. As características destes climas são: C 1 d B': subúmido a seco, pequeno ou nenhum excedente hídrico, mesotérmico (EP<140mm), chuva de primavera e verão e Cwb: clima tropical de altitude, chuvas de verão e seca no inverno com temperatura do mês mais frio <18°C e a do mês mais quente <22°C.

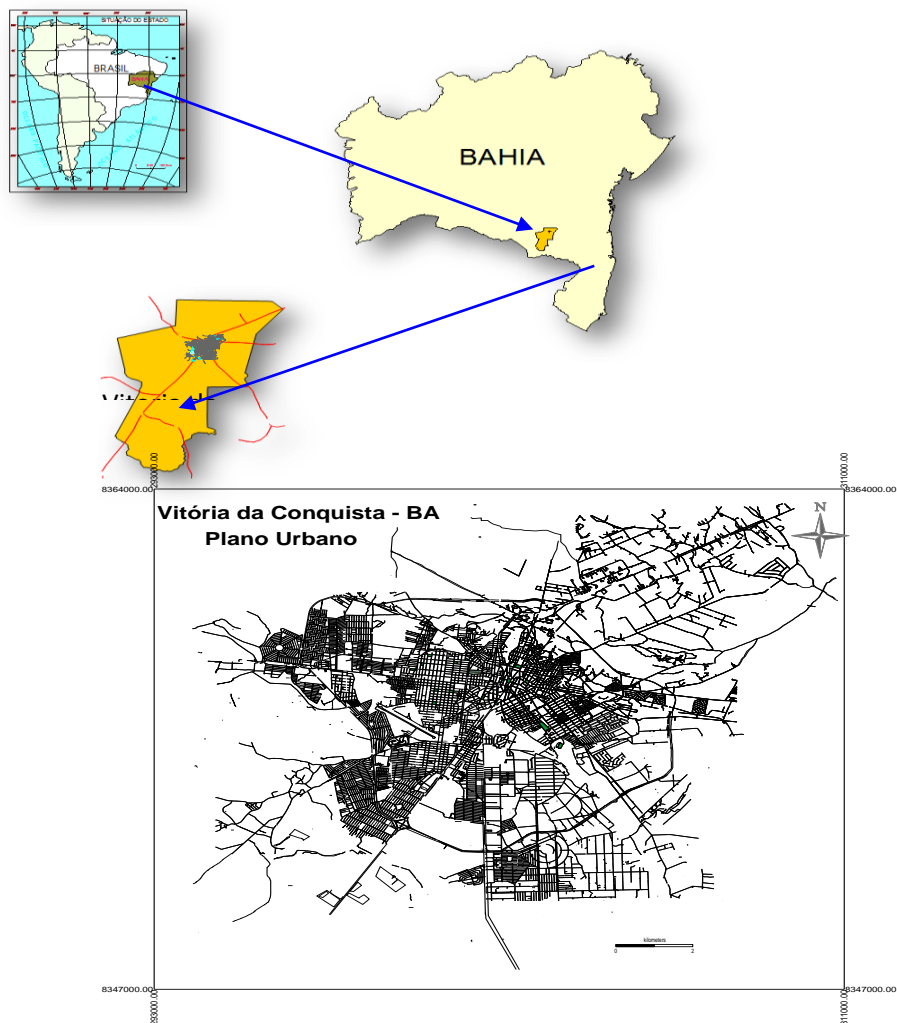


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO Fonte: Edvaldo Oliveira, 2010.

O município apresenta duas grandes ecorregiões, correspondentes a diferentes tipologias vegetais, diferenciadas pela vegetação original e remanescentes atuais. São elas a formação florestal decidual montana e a ecorregião ou ecossistema “caatinga”. A formação florestal decidual montana, encontra-se revestindo o Planalto de Conquista com uma fisionomia ecológica tipicamente caducifólia, dominada por leguminosas arbóreas representada por uma vegetação florestal de porte médio dominada por ecótipos dos gêneros *Parapiptadenia* e *Anadenanthera* sempre associados aos gêneros *Cavanillesia*, *Tabebuia*, *Cedrela*, e outros.

No estado da Bahia esta ecorregião ocorre em uma faixa paralela ao litoral, logo após a área de domínio da floresta ombrófila densa, quando a precipitação cai para menos de 900 mm/ano e começa existir um déficit hídrico considerável. Em Vitória da Conquista estas áreas se encontram muito antropizadas principalmente pelo desmatamento para formação de pastagens, que chegam até às margens dos principais rios. A maior parte das propriedades agrícolas destinadas à pecuária de corte está situada nesta faixa de vegetação. O ecossistema “caatinga” é a principal formação vegetal dominante no setor oeste do município, estando à ocorrência destes ambientes, fortemente associada ao clima, principalmente a estação seca, cujo período sem chuvas excede há cinco meses. A caatinga é vegetação típica e característica da região nordeste do Brasil e localiza-se nas áreas interiores do nordeste denominadas de “sertão” propriamente dito.

A localização geográfica da área de estudo compreendeu a Zona Urbana de Vitória da Conquista, cidade brasileira localizada no interior do Estado da Bahia (Figura 1).

O MÉTODO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método escolhido para a realização desta pesquisa foi o método indutivo, o qual conforme Lakatos (2003, p. 86), “é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. O método escolhido possibilita o desenvolvimento de enunciados gerais sobre as observações acumuladas de casos específicos ou proposições que possam ter validades universais. O seu ponto de partida não são os princípios, como na dedução, mas a observação dos fatos e dos fenômenos, da realidade objetiva.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bibliotecas públicas, faculdades, universidades, em acervos que fazem parte do catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais, bem como através de fontes digitais, concomitantemente foi feito um levantamento documental nos bancos de dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) **RBGA (Pombal – PB – Brasil) v.6, n.1, p. 50 - 66 janeiro/dezembro de 2012**
<http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

e no site <http://www.pmvc.com.br> para consulta a legislação municipal (Plano Diretor Urbano (PDU) – Lei N.º1.385/2006, Código do Meio Ambiente – Lei N.º1.410/2007, Lei Orgânica Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo/Zoneamento Ambiental, etc.), a outros documentos (Planejamento Estratégico 2003/2004; Agenda 21 Municipal, Relatórios de Projetos e Programas ambientais, etc.) e informações relativas ao meio ambiente, as quais foram pesquisadas no site da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), através do endereço eletrônico <http://www.semmapmvc.com.br> e na sua Sede Administrativa localizada na Rua dos Andrades, n.º 231, Centro. Foi consultada também a legislação federal (Constituição Federal da República Federativa do Brasil, etc.).

Foram realizadas também visitas de campo ao Parque Municipal da Serra do Periperi, a Reserva Florestal do Poço Escuro e aos Parques Municipais Urbanos Lagoa das Bateias e Lagoa da Jurema.

Foram realizados ainda levantamentos de dados em fontes governamentais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para levantamento de dados sócio-econômicos, demográficos, físicos e ambientais sobre a cidade de Vitória da Conquista; bem como de fontes digitais institucionais nacionais e internacionais através de sites na *Internet* para consulta a artigos, documentos e livros disponíveis para *download* para enriquecer a bibliografia.

Posteriormente foram confeccionados os instrumentos de coleta de dados para a realização da pesquisa de campo. Quanto às técnicas de pesquisa para obtenção de dados, foram realizadas observações, enquetes e entrevistas estruturadas.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, a qual segundo Kirk & Miller (*apud* MATTAR, 1997, p.77), “visa identificar a presença ou ausência de algo e os dados são colhidos através de perguntas abertas (quando em questionários), em entrevistas em grupos, em entrevistas individuais em profundidade e em testes projetivos” e também quantitativa, a qual, segundo o mesmo autor procura medir o grau em que algo está presente e os dados são obtidos de um grande número de respondentes, usando escalas, geralmente numéricas que são submetidas a análise estatísticas formais.

Os instrumentos de coleta de dados para a realização da pesquisa de campo consistiram em entrevistas estruturadas, questionários, formulários de observação e máquinas fotográficas para constatação de fatos.

O esquema metodológico pode ser visto na figura 2 abaixo.

Para identificar as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas propostas pelos processos de planejamento – planejamento urbano e planificação

estratégica – adotadas pela Administração Local de Vitória da Conquista para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente foi realizada uma entrevista estrutura com o Secretário Municipal do Meio Ambiente, a análise de documentos oficiais vinculantes e não vinculantes e reuniões com a gerência de Projetos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

Para identificar os principais problemas ambientais que impactam a cidade de Vitória da Conquista; foram realizadas entrevistas com especialistas em Meio Ambiente oriundos da

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com gestores de órgãos oficiais relacionados ao Meio Ambiente com sede na cidade como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e com representantes de ONG's; bem como uma enquete com uma amostra de 50 (cinquenta) habitantes da cidade. Para constatação de problemas relacionados às Unidades de Conservação os pesquisadores usaram a técnica de observação *in loco*, momento oportuno para fazer anotações e tirar fotografias para ilustrá-los.

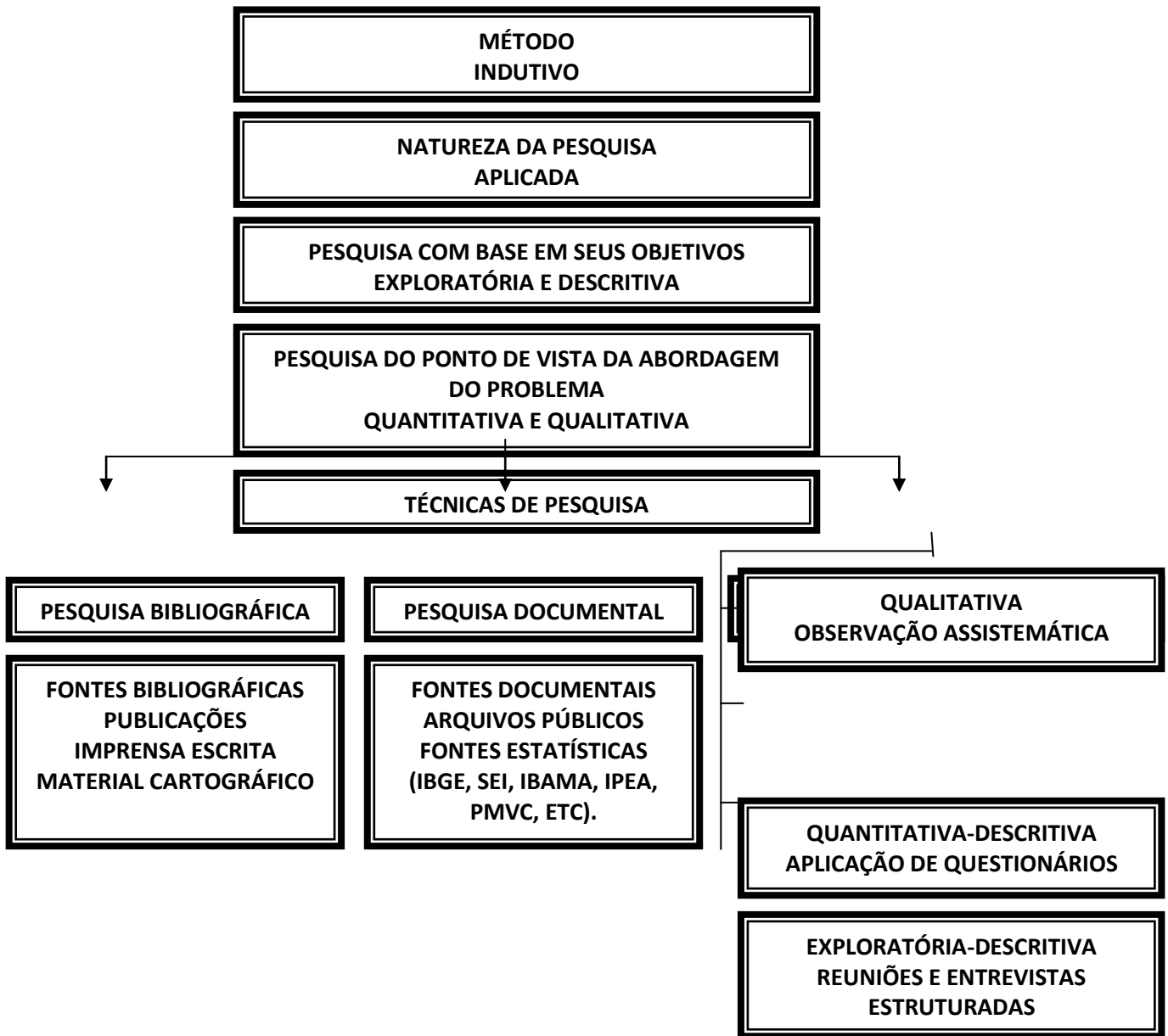


FIGURA 2 – ESQUEMA METODOLÓGICO Fonte: Elaboração própria.

Discutir a eficácia das diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas propostas pelos processos de planejamento para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente da cidade de Vitória da Conquista envolveu a reflexão sobre as possíveis causas que as tornam ineficazes e incapazes de solucionar os principais problemas ambientais que impactam a cidade.

Após o alcance dos objetivos elencados acima foi possível ainda, propor ações de melhoria ambiental que garantam a preservação e a conservação do meio ambiente da cidade de Vitória da Conquista.

Os dados coletados durante a pesquisa foram representados através de tabelas, gráficos e mapas mentais; os resultados da pesquisa foram divulgados durante a defesa do projeto de investigação, em 31 de agosto de 2010, no Auditório do Centro de Aperfeiçoamento Profissional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CAP/UESB).

Cabe ressaltar que alguns fatores limitaram a pesquisa, tais como: a mudança na gestão da Secretaria de Meio de Ambiente de Vitória da Conquista (SEMMA) comprometendo a coleta de algumas informações; o índice de respostas a entrevista estruturada aos especialistas, gestores e representantes de organizações enviadas por e-mail foi inferior ao número de entrevistas encaminhadas. Outro fator limitante foi à inexistência do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista.

Os pesquisadores objetivam futuramente realizar o diagnóstico acerca dos principais problemas ambientais que impactam a cidade de Vitória da Conquista estabelecendo relação de causa e consequência, através da realização do levantamento do histórico do problema identificando quando ele surgiu, como ele afeta a vida da população, como ele pode ser resolvido, quais ações estão sendo desenvolvidas para saná-lo; bem como entrevistar e ouvir a comunidade que tem a vida afetada diretamente por eles.

RESULTADOS E DISCUSSOES

Os resultados da pesquisa primária referem-se à análise das diretrizes, estratégias e políticas públicas propostas pela Administração Pública Municipal da cidade de Vitória da Conquista, para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente urbano, à ocorrência de impactos ambientais frequentes no ambiente urbano, aos problemas ambientais identificados no ambiente urbano, nas Unidades de Conservação (UCs) e nos Recursos Hídricos e à discussão sobre a eficácia das políticas públicas.

Análise das diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas

Da análise das diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas constatou-se que: não existem estratégias, ações e políticas públicas para atender as seguintes categorias de problemas ambientais identificados pela pesquisa: resíduos, áreas protegidas, exceto a Serra do Periperi; recursos hídricos; poluição; desmatamento e paisagem; as estratégias e ações propostas pela Agenda 21 Local não foram implementadas, tendo em vista que a Agenda está com seus trabalhos paralisados.

Constatou-se também que as diretrizes estabelecidas pelo Código Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 1410/2007) estão em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e do planejamento ambiental, mas não estão sendo respeitadas na íntegra; o que determina a legislação ambiental nas três esferas de governo não está sendo cumprido e fiscalizado a contento; apesar da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) possuir uma estrutura ambiental formada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), pelo Fundo Conquistense de Apoio ao Meio Ambiente (FAM), pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMAM) ativo, pelo Código Municipal do Meio Ambiente, possuir Agenda 21 Local, licenciamento ambiental municipalizado e a legislação ambiental brasileira ser considerada moderna em matéria ambiental, as políticas públicas locais são ineficazes para garantir a preservação e a conservação do meio ambiente natural urbano.

Verificou-se ainda que as competências conferidas à SEMMA pela Lei nº 691/92 não estão sendo exercidas em sua totalidade; tendo em vista que a mesma não elaborou nem implementou o Plano Municipal de Proteção ao Meio Ambiente; não mantém cadastro de informações sobre o meio ambiente; não desenvolve campanhas e promoções com a finalidade de conscientização pública sobre a proteção do meio ambiente e não incentiva a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que tenham como objetivo a proteção e a recuperação ambiental.

Ocorrência de impactos ambientais frequentes no ambiente urbano

Da aplicação de questionários a uma amostra aleatória simples de habitantes da cidade de Vitória da Conquista e de entrevistas estruturadas a especialistas, representantes de Organizações não Governamentais (ONGs) e representantes de órgãos ambientais com sede na cidade pode-se verificar a existência de ocorrências de impactos ambientais frequentes do ambiente urbano.

Tabela 1 - Ocorrências impactantes frequentes na Cidade de Vitória da Conquista – BA, identificadas pela amostra aleatória simples de habitantes

Categorias	Frequências			
	Absoluta	Relativa	Ajustada	Pelo Total
Poluição do ar	27	54.00	54.00	13.50
Poluição e escassez do recurso água	21	42.00	42.00	10.50
Contaminação do solo	16	32.00	32.00	8.00
Assoreamento de corpo de água	12	24.00	24.00	6.00
Desmatamento	23	46.00	46.00	11.50
Ocorrências de queimadas	14	28.00	28.00	7.00
Alteração que tenha prejudicado a paisagem	18	36.00	36.00	9.00
Ocorrência de alteração ambiental com conseqüências sobre as condições de vida humana.	19	38.00	38.00	9.50
Ocorrência de alteração ambiental com efeitos prejudiciais sobre certas atividades econômicas, especificamente a pesca, a agricultura e a pecuária.	10	20.00	20.00	5.00
Degradação de áreas legalmente protegidas	33	66.00	66.00	16.50
Outra	7	14.00	14.00	3.50
Total de respostas	50	100.00	100.00	100.00
Base				200.00

Total de casos: 50

Saltaram: 0

Não responderam: 0

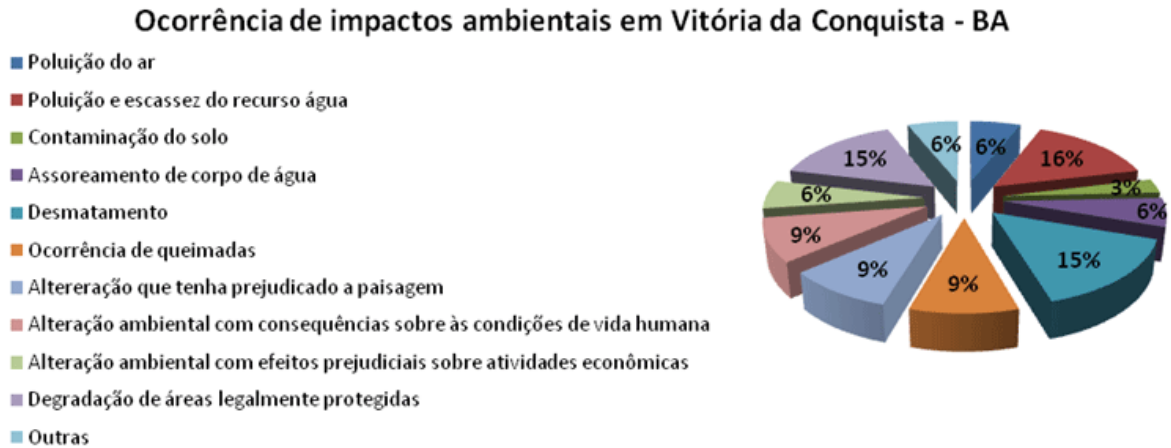
Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

*Questão de múltipla escolha.

Em se tratando das ocorrências impactantes frequentes na Cidade de Vitória da Conquista, considerando-se a frequência relativa, 66% dos habitantes que responderam a pesquisa destacaram a degradação de áreas legalmente protegidas (Parque Municipal da Serra do Periperi, Reserva Florestal do Poço Escuro, a área com 115.644 m², declarada de preservação de espécie endêmica dedicada à *Melocactus conoideu*, Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias e o Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema), 54% destacaram a poluição do ar, 46% o desmatamento, 42% poluição e escassez do recurso água, 38% ocorrências de alteração ambiental com conseqüências sobre as condições de vida humana, 36% alteração que tenha prejudicado a paisagem, 32% contaminação do solo, 28% ocorrência de queimadas, 24% ocorrência de assoreamento de

corpo de água, 20% ocorrência de alteração ambiental com efeitos prejudiciais sobre certas atividades econômicas, especificamente sobre a pesca, a agricultura e a pecuária, 14% destacaram outras ocorrências impactantes, tais como: poluição sonora, poluição visual, descarte inadequado de lixo doméstico, poluição do Rio Verruga, falta de educação ambiental da população, principalmente em se tratando de descarte de resíduos e da limpeza urbana, pouca arborização da cidade, retirada de areia de áreas protegidas, mau cheiro na Lagoa das Bateias devido ao escoamento de esgoto proveniente do Bairro Urbis V, falta de pavimentação de algumas áreas urbanas no Bairro Brasil, Lagoa de Decantação (Pinicão) saturada, próxima ao Estádio Lomanto Júnior, ocasionando mau cheiro nas imediações (tabela 1).

Gráfico 1 - Ocorrências impactantes frequentes na Cidade de Vitória da Conquista, identificadas por especialistas, representantes de ONGs e órgãos ambientais



Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

De acordo com os especialistas, representantes de Organizações não Governamentais (ONGs) e representantes de órgãos ambientais com sede na cidade que participaram da pesquisa todas as ocorrências impactam a cidade informando como as mais frequentes a poluição e a escassez do recurso água; a degradação das áreas legalmente protegidas e o desmatamento, conforme gráfico 1. Outras ocorrências foram citadas por 6% dos respondentes; tais como possível contaminação da Barragem de Água Fria II por agrotóxicos usados na cultura do café e o depósito de entulho de lixo em boa parte da cidade.

Da análise comparativa dos resultados obtidos da aplicação de questionários, a uma amostra aleatória simples de habitantes de Vitória da Conquista, e da realização de entrevistas estruturadas a especialistas, ativistas ambientais e gestores ambientais com sede na cidade verificou-se que as duas categorias de respondentes identificaram em maior ou menor percentual a ocorrência de todos impactos ambientais constantes da tabela 1 e do gráfico 1; e ainda informaram a ocorrência de outros impactos. A maioria dos habitantes, que responderam a pesquisa,

informou que ocorrência mais frequente é a degradação das áreas legalmente protegidas, enquanto a maioria dos especialistas citou a poluição e a escassez do recurso água.

Problemas ambientais identificados no ambiente urbano, nas UCs e nos Recursos Hídricos

Os principais problemas ambientais, segundo os habitantes que responderam a pesquisa, em ordem decrescente foram: poluição do ar, desmatamento, Lagoa de Estabilização saturada (Pinicão) em área urbana provocando mau cheiro, tratamento inadequado de esgotos, poluição sonora, ocorrência de queimadas, desmatamento e degradação de áreas protegidas, bem como outros que não foram destacados com tanta frequência e podem ser vistos no mapa mental abaixo, figura 3, que sintetiza os problemas ambientais também citados por especialistas, representantes de Organizações não Governamentais (ONGs) e de órgãos ambientais com sede na cidade.

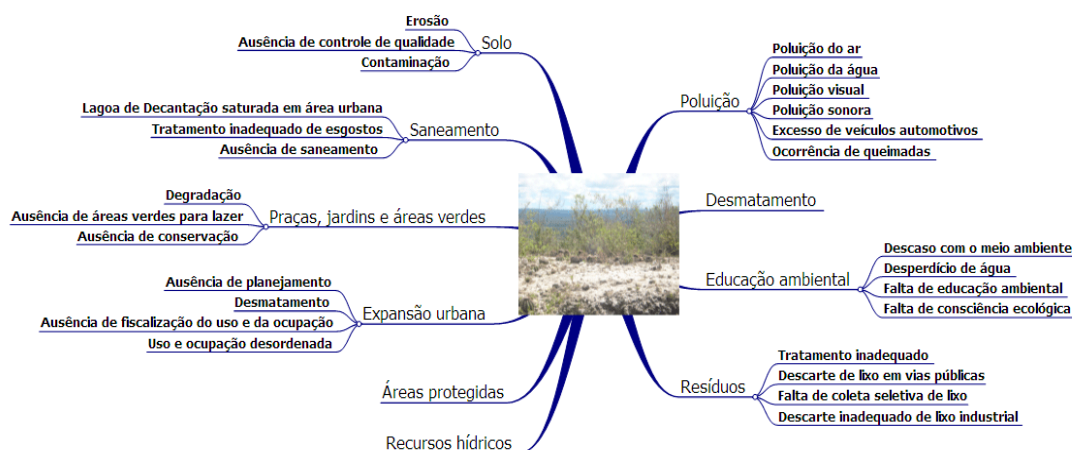


FIGURA 3 - MAPA MENTAL: PROBLEMAS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS POR CATEGORIAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2010.

No Parque Municipal da Serra do Periperi (PMSP) foi identificada a retirada de material mineral e vegetal, ocupação irregular, falta de segurança pública, falta de políticas públicas específicas para a preservação, o plantio inadequado de eucaliptos, assoreamento de corpo d’ água, degradação da Reserva Florestal do Poço Escuro, degradação da área de preservação da espécie endêmica do *Melocactus canoideu*, ocorrência de desmatamento e queimadas, falta de controle do poder público sobre a circulação de pessoas no parque a presença de uma fábrica de asfalto na área do parque e a degradação do minadouro Bebedouro da Onça.

Nos Parques Municipais Urbanos das Lagoas das Bateias e do Jurema, figura 4, identificaram-se as

seguintes ocorrências: poluição da água por esgotos domésticos provenientes dos bairros do entorno; assoreamento de corpo d’ água; ocupação irregular; ausência de políticas públicas específicas para a preservação; bem como ausência de segurança pública.

Faz-se necessário ressaltar que nas Unidades de Conservação de Proteção Integral são incompatíveis a presença de moradores na área do parque, a exploração de recursos naturais, o trânsito de animais, pessoas ou veículos em áreas delimitadas e o plantio de espécies exóticas ou não naturais ao bioma protegido. Só poderão ser desenvolvidas atividades de pesquisa científica e de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.



FIGURA 4 – ESGOTO A CÉU ABERTO E OCUPAÇÃO EM ÁREA DE RISCO AMBIENTAL NO PARQUE MUNICIPAL URBANO DA LAGOA DO JUREMA Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Em se tratando dos Recursos Hídricos em ambiente urbano foram identificadas as seguintes ocorrências: no Rio Verruga a ocorrência de poluição causada pelas águas pluviais, por esgotos clandestinos e pela água eutrofizada da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE); ocupação irregular das margens do rio; assoreamento do seu leito devido ao descarte de entulhos da construção civil e de lixo doméstico, a retirada da cobertura vegetal e degradação das matas ciliares; já no Riacho Santa Rita identificou-se a poluição pela manupueira (resíduo líquido proveniente da prensagem da raiz da mandioca) provenientes do beneficiamento da mandioca em casas de farinhas situadas nos bairros Campinhos e Simão, localizados na zona oeste da cidade.

Discussão sobre a eficácia das diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas

Em conformidade com 72% da amostra aleatória simples dos habitantes que responderam a pesquisa e com 60% dos especialistas, representantes de ONG's e órgãos ambientais com sede na cidade as diretrizes, estratégias, ações e políticas públicas são ineficazes pra garantir a preservação e a conservação do meio ambiente urbano, tendo em vista a ausência de um canal de comunicação direto e permanente entre o poder público e a comunidade para promover e informar sobre as políticas públicas; que o poder público não prioriza às questões ambientais urbanas; que o processo de desenvolvimento da cidade não leva em consideração a preservação ambiental; a ausência de parcerias com as Universidades locais; a falta de comprometimento dos atores envolvidos; a ausência de educação ambiental da população; a ausência de demonstração, divulgação e publicação dos resultados das ações para a comunidade; que o poder público não alerta a população, não informa e não educa para a preservação e a conservação do meio ambiente; a ausência de compromisso do poder público na implementação das ações; a falta de cumprimento da legislação ambiental; a ausência de fiscalização e acompanhamento das ações e das políticas; a falta vontade política e qualificação dos quadros técnicos; a falta de incentivo a novos projetos; a falta de recursos humanos, materiais e financeiros; a ausência de parceria/interação entre a comunidade e a Prefeitura Municipal de Vitória de Conquista (PMVC) e por contrariar interesses de grupos econômicos.

AÇÕES DE MELHORIA AMBIENTAL

Diante dos dados coletados durante a pesquisa de campo e das constatações inferidas, faz-se necessário sugerir ações de melhoria ambiental que garantam a preservação e a conservação do meio ambiente da cidade de Vitória da Conquista, a fim de mitigar as ocorrências impactantes e solucionar os problemas ambientais identificados. Foram

RBGA (Pombal – PB – Brasil) v.6, n.1, p. 50 - 66 janeiro/dezembro de 2012
<http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

identificados problemas ambientais relacionados a diversos temas, tais como: poluição, desmatamento, degradação das Unidades de Conservação, tratamento de resíduos, saneamento básico, limpeza urbana, contaminação dos recursos hídricos e do solo; queimadas, tratamento da água, conservação de praças e jardins, alterações prejudiciais da paisagem, pavimentação, desenvolvimento e expansão urbana, arborização, drenagem urbana e nível de educação ambiental da população. Para mitigá-los, sugerem-se ações de melhoria ambiental.

Dentre as ações de melhoria ambiental propostas na categoria Unidades de Conservação podem-se citar: aumentar a fiscalização; promover a segurança pública; promover o reflorestamento; preservar as nascentes, limitando o acesso de animais e pessoas e associando métodos de controle de erosão e preservando a cobertura vegetal da área; elaborar um programa de Educação Ambiental para transformar as comunidades do entorno em agentes multiplicadores da preservação e da conservação ambiental ao invés de agentes degradadores; elaborar e executar os Planos de Manejo das UCs criadas pelo Município, conforme artigo 25 do Código Municipal do Meio Ambiente e criar políticas públicas específicas para atender as áreas protegidas.

Em se tratando das outras categoriais recomenda-se: descontaminar as Lagoas das Bateias, do Jurema e o Rio Verruga; realocar a estação de tratamento e ampliar a rede de esgoto; implantar a coleta seletiva de lixo em todos os bairros da Cidade; elaborar e executar um Plano Estratégico Ambiental; elaborar e executar um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais; promover o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e o Zoneamento Agrícola; e promover as políticas públicas, a fim de informar a população da sua existência.

CONCLUSÃO

Se em Vitória da Conquista não forem tomadas as medidas ambientais cabíveis, se a legislação ambiental não for cumprida, se a preservação e a conservação das UCs e dos Recursos Hídricos não forem garantidas, se não forem incorporados os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas públicas, diretrizes, objetivos, estratégias e ações os problemas ambientais na cidade tendem a se agravar colocando em risco a qualidade de vida e a saúde da população, tornando os eventos climáticos mais graves e a população de baixa renda mais vulnerável a eles, reduzindo os recursos naturais ou levando-os a sua extinção em longo prazo.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. *A Conquista do Futuro: cenários para o desenvolvimento sustentável*. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2004. Murilo Rodrigues Guimarães (Organizador).
- _____. *A Conquista do Futuro: diretrizes de ação para o desenvolvimento sustentável*. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2007. Afonso Silvestre (Organizador).
- ALDRIDGE, Alan; LEVINE Ken. *Topografía del mundo social: teoría y práctica de la investigación mediante encuestas*. Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 2003.
- ALMAS, Rondinaldo Silva da. *Serviços e desenvolvimento em Vitória da Conquista*. [Em linha]. UB/UESB, 2009. <<http://rondinaldo.blogspot.com>>. [06 de abril de 2010].
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de et al. *Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum: uma necessidade, um desafio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex Ed: Biblioteca Estácio de Sá, 1999.
- ALMEIDA, Núbia Oliveira; NÓBREGA, Marcelo Araújo de. Fatores relevantes na problemática ambiental decorrente do uso e ocupação do solo na bacia do Rio Verruga – Região do Sudoeste da Bahia. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006. Florianópolis. *Anais*. Florianópolis. [Em linha]. <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/JNIC/RESUMOS/resumo_2599.html>. [22 de março de 2010].
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. [Em linha]. <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>. [12 de fevereiro de 2010].
- BENEDICTIS, Nerêida Maria Santos Mafra. *Política ambiental e desenvolvimento urbano na Serra do Periperi em Vitória da Conquista – BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- BERNARDINO, Daíse Cardoso de Souza. A pobreza como agente causador de degradação ambiental. In: MEDAMERICA. *Estudios sobre sedarrollo social y regional en el Sudoeste de Bahia, Brasil*. UB/UESB, 2009. [Em linha]. <<http://www.publicacions.ub.es/pubDigital/desarrolloLocalRegional/articulos.asp?codart=427>>. [17 de março de 2010].
- BLAXTER, Loraine; HUGHES, Chirstina; TIGHT, Malcolm. *Cómo se hace una investigación*. Barcelona Espanha: Gedisa Editorial, 2000.
- BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antônio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista da (orgs.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a.
- _____. *Perfil dos municípios brasileiros: 2008/IBGE*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1998. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. *Lei nº 6.938 de 3 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. In: Curso de Direito Ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. [Em linha]. <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/conv_s/decl_rio92.pdf>. [09 de fevereiro de 2010].
- BRITO, Francisco. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARVALHO, Fábio Martins de et al. Avaliação da atividade poluidora da manípueira na Bacia do Rio Santa Rita, em Vitória da Conquista, BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 11., 2005. Campo Grande (MS). Campos Grande (MS): Ciência e Tecnologia para Raiz do Brasil, *anais*, 2005.
- CARVALHO, Rafael; MEIRA, Laiana. O berço conquistense: a cidade que nasceu ao redor do Poço Escuro hoje vê a destruição da Mata. *Oficina de Notícias*, Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social/Jornalismo UESB, Vitória da Conquista, ano 6, n.14, dez. 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração dos novos tempos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972. [Em linha]. <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>>. [01 de fevereiro de 2010].

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

FELDMANN, Fábio. Rio +10: uma avaliação do desenvolvimento sustentável na última década. *Jornal da USP*, São Paulo, 04 jun. 2002. [Em linha]. <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/index.php.354.html>>. [11 de março de 2010].

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. *O urbano em construção* – Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FERNANDEZ GÜELL, José Miguel. 25 años de planificación estratégica de ciudades. *Revista Ciudad e Territorio Estudios Territoriales*, Madrid, España, v. 39, n. 154, 827 páginas, 2007.

_____. *Planificación Estratégica de Ciudades: nuevos instrumentos y procesos*. Barcelona (Espanha): Editorial Reverté, S.A, 2006.

_____. La planificación estratégica de ciudades: un instrumento eficaz para alcanzar una ventaja competitiva en el nuevo entorno europeo. *Revista de obras públicas*, 1993. [Em linha]. <http://ropdigital.ciccp.es/pdf/publico/1993/1993_junio_3322_05.pdf>. [09 de agosto de 2009].

FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. Plano Diretor no Estatuto da Cidade e perspectivas atuais do planejamento urbano. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), v. 19, n. 3, p. 655-666, out./dez. 2009.

FLORIANO, Eduardo Pagel. Planejamento ambiental. *Caderno Didático*, n. 6, Santa Rosa (RS): ANORGS, 2004. [Em linha]. <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:oHf78_P5n0J:www.ecologiavegetalufpb.net/livro%2520planejamento%2520ambiental.pdf+Planejamento+ambiental&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShy5o2VW4jiUmfxYQvwQCucRA7Zqt78s2NtIOLy_n_771z6WFhJ8Hws52658iVmGaQL0rE9MoGKbTiM1kLsvgeLUZSCBwVptagc4ayDdFLPZVr8PLcvKqc84GtViA1pTW7HYKD&sig=AHIEtbSiehOiBqObfwxG0hioQInTzvlipQ>. [04 de março de 2010].

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. 2. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008. [Em linha]. <<http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=nxNLntLYCIIC&oi=fnd&pg=PA37&dq=Planejamento+e+Gest%C3%A3o+ambiental&ots=EGI6eKDG5D&>>

RBGA (Pombal – PB – Brasil) v.6, n.1, p. 50 - 66 janeiro/dezembro de 2012
<http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

sig=iU35wZeozn8ZJluSDk_vrUgerxI#v=onepage&q=&f=false>. [05 de março 2010].

FUNDO CONQUISTENSE DE APOIO AO MEIO AMBIENTE (FAM). *Fortalecendo a gestão ambiental em Vitória da Conquista*. Publicação Especial, Edição 01, Vitória da Conquista, Dezembro de 2007.

FUNDO CONQUISTENSE DE APOIO AO MEIO AMBIENTE (FAM). 2007. [Em linha]. <<http://www.semmapmvc.com.br/interface/conteudo.asp?cod=31>>. [26 de março de 2010].

G1 BRASIL NOTÍCIAS. Seca atinge mais de 350 cidades em oito estados do Nordeste. G1 Brasil Notícias, 18. nov. 2008. [Em linha]. <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL8658525598,00SECA+ATINGE+MAIS+DE+CIDADES+EM+OITO+ESTADOS+DO+NORDESTE.html>>. [21 de fevereiro de 2010].

GARRIDO, Francisco Javier. *Desarrollo sostenible y agenda 21 local: prácticas, metodología y teoría*. Madrid: IEPALA Editorial, 2005. (Colección Construyendo Ciudadanía, v. 8).

GLOBAL MONITORING REPORT 2008. Banco Mundial (Bird). Disponível em: <<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/global-monitoring-report-relatorio-de-monitoramento-global-2008>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

GLOSSÁRIO AMBIENTAL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). [Em linha]. <<http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental>>. [09 de fevereiro 2010].

GLOSSÁRIO ECOLÓGICO AMBIENTAL. Companhia ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. [Em linha]. <<http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental>>. [09 de fevereiro de 2010].

GONDIM, C. S. P.; MARTÍN-VIDE, J.; SANTOS, A. Relação de ocorrência entre El Niños e secas no Nordeste brasileiro. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)/ Universidade de Barcelona (UB), 2009.

IBGE PAÍSES. *Brasil*. [Em linha]. <<http://www.ibge.gov.br/paisesat>>. [02 de fevereiro de 2010].

IBGE CIDADES. *Vitória da Conquista*. [Em linha]. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. [02 de fevereiro de 2010].

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Perfil dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. *Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. [Em linha]. <<http://www.ecolnews.com.br/dicionarioambiental/>>. [09 de fevereiro de 2010].
- LENTINI, Marco. *Fatos Florestais da Amazônia 2005*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005. [Em linha]. <<http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/FatoSFlorestais2005.pdf>>. [18 de fevereiro de 2010].
- LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MACEDO, Laura Valente de. Problemas ambientais urbanos causados pelo trânsito na região metropolitana de São Paulo (RMSP). In: GUERRA, Antônio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista da (orgs.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- MARENGO, José A. *Relatório nº 1 – Caracterização do clima no século XX e cenários climáticos no Brasil e na América do Sul para o século XXI derivados dos modelos globais de clima do IPCC*. São Paulo: CPTEC/INPE, 2007. [Em linha]. <http://www6.cptec.inpe.br/mudancas_climaticas/prod_probio.shtml>. [20 de fevereiro de 2010].
- MATTAR, Frauze Najib. *Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento*. São Paulo: Atlas, 1997.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012*. Nota nº 673, 24 de dezembro de 2009. [Em linha]. <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=7706>. [12 de março de 2010].
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- PASSOS, Sinval Almeida. *Vitória da Conquista, cidade e região*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.
- PITA, Marina. *Desenvolvimento sustentável exige presença do Estado*. [Em linha]. <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16439>. [12 de março de 2010].
- PLANIFICACIÓN AMBIENTAL. *Glosario de términos ambientales de EcoPortal*. [Em linha]. <<http://www.ecoportel.net/content/view/full/169/offset/17>>. [2 de março de 2010].
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. *Decreto nº 9.480 de 16.06.1999*. Cria o Parque Municipal da Serra do Periperi, com os limites que especifica e dá outras providências. Vitória da Conquista: PMVC, 1999.
- _____. *Lei Municipal nº 1.410/2007*. Dispõe sobre o Código Municipal do Meio Ambiente. Vitória da Conquista: PMVC, 2007.
- _____. *Lei Municipal nº 691/1992*. Cria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) e institui ações de política de proteção, controle e conservação do meio ambiente. Vitória da Conquista: PMVC, 1992.
- _____. *Decreto nº 12.066/2006*. Regulamenta o Fundo Conquistense de Apoio ao Meio Ambiente (FAM). Vitória da Conquista: PMVC, 2006.
- _____. *Lei 1.085/2001*. Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMAM). Vitória da Conquista: PMVC, 2001.
- _____. Câmara Municipal. *Lei Orgânica Municipal*. Vitória da Conquista. CMVC, 2008.
- _____. *Decreto nº 10.705/2001*. Institui o Fórum Municipal da Agenda 21. Vitória da Conquista: PMVC, 2001.
- _____. *Lei Nº 1.385/2006*. Aprova e institui o Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: PMVC, 2006.
- _____. Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA). *Áreas de relevância*. [Em linha]. <http://www.semmapmvc.com.br/interface/listar_local.asp?cod='Turismo'>. [16 de março de 2010].
- _____. Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA). *Plano de Manejo do Parque da Serra do Periperi*. Vitória da Conquista: SEMMA, 2006.
- PORTAL ODM. *Relatórios dinâmicos de indicadores municipais – Vitória da Conquista*. [Em linha]. <<http://www.portalodm.com.br>>. Acesso em: [03 de fevereiro de 2010].
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Objetivos do*

milênio. [Em linha]. <<http://www.pnud.org.br/odm/>>. [03 de fevereiro de 2010].

_____. *Declaração do milênio*. [Em linha]. <http://www.pnud.org.br/odm/>. [03 de fevereiro de 2010].

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). *Perspectiva del medio ambiente mundial: pasado, presente y futuro*. Síntesis GEO-3. Nairobi: PNUMA, 2002. [Em linha]. <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd65/GEO3_Synt_hesis_spa.pdf>. [25 de fevereiro de 2010].

PUJADAS, Romá; FONT, Jaume. La Planificación Estratégica. In PUJADAS, Romá; FONT, Jaume. *Ordenación y Planificación Territorial*. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

RIBEIRO, Helena. Comunicação como instrumento do planejamento e da gestão ambientais. In: VARGAS, Comin Heliana & RIBEIRO, Helena (orgs.). *Novos instrumentos de gestão ambiental urbana*. São Paulo: EDUSP, 2004.

R7 NOTÍCIAS. *Chuvas deixaram ao menos 140 mortos no Sul e Sudeste*. R7 Notícias, 07 jan. 2010. [Em linha]. <<http://noticias.r7.com/rio-e-cidades/noticias/chuvas-deixam-ao-menos-140-mortos-no-sul-e-sudeste-20100107.html>>. [21 de fevereiro de 2010].

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de estágio e pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUIZ, Henríquez Cristian; GARCÍA, Azócar Gerardo. Patrones de crecimiento en ciudades intermedias chilenas y su impacto en la sustentabilidad urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RBGA (Pombal – PB – Brasil) v.6, n.1, p. 50 - 66 janeiro/dezembro de 2012
<http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Bahia em números 2006-2008*. Salvador: SEI, v. 8, 2009. [Em linha]. <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=110> [06 de março de 2010].

_____. *Anuário Estatístico da Bahia 2007*. Salvador: SEI, v. 21, 2009, p. 19-106. [Em linha]. <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110>. [06 de março de 2010].

SILVA, Carlos Bernard Moreno Cerqueira; SANTOS, Débora Leonardo dos. Fenologia reprodutiva de *Melocactus conoideus* Buin. & Bred.: Espécie Endêmica do Município de Vitória da Conquista, Bahia – Brasil. *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 5, supl. 2, p. 1095-1097, jul. 2007. [Em linha]. <<http://www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/809/717>>. [22 de março de 2010].

SILVA, Iguaraci Santos da. *A Serra do Periperi impactada pela ação humana*. 2007. Monografia (Especialização em Ciências Ambientais) – UESB, Vitória da Conquista, 2007. [Em linha]. <http://www.semmapmvc.com.br/interface/conteudo_local.asp?cod=130>. [22 de março de 2010].

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. *Legislação Ambiental Federal em Ordem Cronológica, por Diploma Legal, Tema e Assunto*. 2009. Disponível em: [Em linha]. <http://www.meioambiente.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=224&Itemid=7&limit=1&limitstart=2>. [01 de março de 2010].

SOARES FILHO, Avaldo de Oliveira. *O Parque das Bateias: conservação e sustentabilidade sócio-econômica*. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Caixa Econômica Federal, 2008.

TEIXEIRA, Buede Mario. *Planejamento ambiental: referencial básico e roteiro para formulação do plano ambiental municipal*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências, Porto Alegre, 1998.

TORRES, Haroldo da Gama. O nordeste urbano: grave crise ambiental. In: HOGAN, Joseph Daniel & VIEIRA, Freire Paulo (orgs). *Dilemas socioambientais*

- e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- UFC ENGENHARIA LTDA. *Relatório do Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista (PDU)*, set. 2004, v. 1 e 2
- UNEP. *Chapter 1: Integrating environment and development 1972 -2002*. In: *Global environment outlook three*. Geo report series. Earthscan, 2002. [Em linha].
<http://books.google.com.br/books?id=q34IqpcExu0C&pg=PA1&lpg=PA1&dq=REFER%C3%80NCIA+UNEP,+Tom+Nebbia,+Ecuador,+Topham+PicturePoint&source=bl&ots=B118O9D7Sp&sig=vIAm9AIXb_G6zT23H304V48hPeY&hl=ptBR&ei=_AGMS4y8NoQuAf009zzCw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CBsQ6AEwBQ#v=onepage&q=&f=false>. [01 de março de 2010].
- UNEP. *Sustainable innovation and technology transfer industrial sector studies*. Recycling – from e-waste to resources. UNEP, 2009. [Em linha].
<http://lixoeletronico.org/system/files/2010_onu_ewaste.pdf>. [08 de março de 2010].
- FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). *Situação da população mundial*. 2007. [Em linha].
<http://www.unfpa.org/swp/2007/presskit/pdf/swp2007_por.pdf>. [02 de fevereiro de 2010].
- VILLAS-BÔAS, Cristina Hariessa. *Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal*. CYTED-CETEM, 2005. [Em linha].
<<http://books.google.com/books?id=Uubq3X5UHEcC&pg=PA40&sig=8cROx5ij9i3XEdnVPdvmjEPrFM&hl=pt-BR#v=onepage&q=&f=false>>. [01 de março de 2010].
- VIOLA, J. Eduardo; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Joseph Daniel & VIEIRA, Freire Paulo (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- WAINER, Ann Helen. *Legislação ambiental brasileira: subsídio para a história do direito ambiental*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.
- WOLFF, Simone. *Legislação ambiental brasileira: grau de adequação à convenção sobre biodiversidade biológica*. Brasília: MMA, 2000.

NOTAS

- [1] Brundtland *apud* Viola & Leis, 1995, p. 78.
[2] Floriano, 2004, p.39.